

Mesteres Vimaranenses: o setor dos couros nos séculos XIV e XV

Olímpia Conceição Barbosa Pinto¹
Universidade do Minho

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo apresentar as linhas gerais do projeto de investigação de mestrado em História Medieval, intitulado *Mesteres Vimaranenses: o sector dos couros nos séculos XIV-XV*, apresentado no IV Workshop de Estudos Medievais, em Abril de 2012. Ao longo deste texto, apresentamos as fontes e metodologias adotadas para o desenvolvimento da dissertação, lançando alguns dados da nossa investigação referentes aos trabalhos de curtição e pelames, bem como sobre a Confraria dos Sapateiros e seu hospital.

Abstract

This article discusses the guiding lines of MA dissertation project in Medieval History titled *Crafts of Guimarães: The leather sector in the 14th and 15th centuries*, presented at the IV Workshop on Medieval Studies, in April 2012. In this paper, we present the sources and methodologies used to develop the dissertation, examining some data from our research work related to tanning and *Pelames*, as well as the Confraternity of the Shoemakers and its hospital.

São vários os grupos de mesteres presentes nas cidades medievais e é reconhecida a sua importância para o abastecimento e a organização dos espaços urbanos.

Como refere Ricardo Córdoba, na sua obra *La industria medieval de Córdoba*, a importância do trabalho e da produção dos couros no seio das cidades medievais é largamente reconhecida. A utilização da pele, do pelo e da lã para a indústria têxtil, assim como o aproveitamento da carne para consumo humano, contribuem para a importância económica dada ao gado em geral. No entanto, a pele do animal em bruto não contém qualquer valor comercial, necessitando de passar por um conjunto de processos e transformações que lhe vão acrescentar valor económico.²

A cidade de Guimarães tem sido alvo de análises referentes às mais variadas temáticas, não existindo, porém, um estudo que se prenda diretamente com a produção e o trabalho do setor dos couros, entre os séculos XIV e XV. Ao mesmo tempo, a nível historiográfico, os estudos sobre a temática do trabalho e produção na Idade Média são ainda escassos e relativamente recentes em Portugal.

Partimos, então, à procura dos homens que ao longo dos séculos em análise, com toda a sua vivacidade, fizeram do burgo vimaranense um dos principais centros industriais do reino, a seguir a Lisboa, Porto e Évora.

Este trabalho tem como principal intuito conhecer os homens que dedicaram a sua vida à indústria dos couros, identificando os setores de produção que utilizavam o

¹ Aluna de Mestrado em História, do Departamento de História da Universidade do Minho.

Pretendo aqui deixar um profundo agradecimento ao meu orientador, o Professor Doutor Arnaldo Sousa Melo, pelas suas sugestões e pela sua dedicação ao longo deste percurso.

² Ricardo Córdoba de la Llave, *La industria medieval de Córdoba* (Córdoba: Imprenta San Pablo, 1990), 147.

couro como matéria-prima de excelência, quer o seu produto final fosse de uso privado, quer se tratassem de peças de carácter mais profissional. Olhando as fontes por uma nova perspectiva, pretende-se conhecer mais de perto o trabalho dos mesterais, o seu nível de vida, laços de parentesco, bem como o seu contributo para o desenvolvimento económico do burgo vimaranense.

Sobre o tema da produção e do trabalho artesanal, bem como o das associações resultantes dessas ligações, pouco chegou até aos nossos dias. As informações existentes para o estudo dos homens de mester encontram-se muitas vezes através da análise de fundos produzidos por instituições religiosas, como é o caso da documentação produzida pela Colegiada de Guimarães. Partimos assim em busca da história destes homens, através de acervos documentais que tendo sido produzidos para outros fins, nos possibilitam aprofundar o conhecimento dos agentes que contribuíram para o desenvolvimento do labor dos couros no burgo vimaranense.

Do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, foram recolhidos dados dos *Livros de Nota Antiga* (livro I/X/XI) e dos *Livros da Fazenda do Cabido*, ambos pertencentes ao fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira; *Pergaminhos da Câmara*, e ainda um fundo respeitante à *Confraria dos Sapateiros*. Utilizamos também o famoso *Tombo das Capelas*, pertencente ao fundo da Colegiada de Guimarães, depositado na Torre do Tombo em Lisboa.

Os *Livros da Fazenda do Cabido* consistem em registos de contabilidade dos cônegos de Guimarães, constituindo uma fonte de enorme importância para o estudo apresentado. Na totalidade, foram analisados 12 livros, correspondentes ao período compreendido entre 1375 e 1482. Este tipo de anotações permitia ao cabido controlar os rendimentos auferidos das rendas anuais resultantes do seu património. Para além das propriedades de que o cabido era detentor, como casas, vinhas, lugares, pelames entre outros, os cônegos utilizavam estes livros para aí anotarem as missas e os ofícios, mencionando o nome do rezado e sobre que imóvel recaía o valor dos serviços litúrgicos. A informação analisada cuidadosamente fornece-nos dados importantes, tais como o nome de quem trazia emprazado o imóvel, sendo que a este era associada a sua atividade profissional. Por outro lado, conseguimos saber em que ruas se encontravam determinados mesteres, bem como a renda que pagavam, o que permite uma análise aprofundada do poder económico destes mesterais.

Os *Livros de Nota Antiga* são o registo dos notários de diversos tipos de contratos, tratando-se maioritariamente de contratos de emprazamento, aforamentos perpétuos, compras e vendas, entre outros. Nestes, encontramos referências a mesterais, quer se trate de um contrato onde o principal interveniente era um mesteiral, ou no qual o nome de um ou mais mesterais surge nos róis de testemunhas.

O núcleo documental da Confraria dos Sapateiros constitui um fundo de grande importância para o estudo da temática em análise. Como refere Conceição Falcão, este fundo é constituído por um conjunto de pergaminhos avulsos que se encontram em avançado estado de deterioração, composto por emprazamentos, doações e um testamento.³ Tratando-se de um núcleo documental do património da dita confraria, na dissertação tentaremos desenvolver as seguintes questões identificar e examinar os confrades e seus respetivos cargos; as formas de gestão do património; as relações familiares/profissionais ao nível da confraria; a prática assistencial; a evolução da sua designação ao longo do tempo e a localização dos seus imóveis.

Quanto ao fundo presente na Torre do Tombo, o *Tombo das Capellas e Hospícios, etc, da Villa de Guimarães. Liv.XXVI*, inserido no Núcleo Antigo, número 272, mais conhecido por *Tombo das Capelas*, mandado redigir no ano de 1498, por D. Manuel I, corresponde ao levantamento de instituições de assistência, capelas e morgadios

³ Conceição Falcão, “Boletim de trabalhos históricos II série vol. 2001”, in *Memórias da Idade Média, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães*, 23.
<http://www.csarmento.uminho.pt>

a nível do reino.⁴ Deste fundo, procedemos à análise do *Titullo da confraria dos sapateiros da villa de guimaraes Hosprital della*, sendo este uma espécie de cadastro de todas as propriedades da confraria dos sapateiros, como casas, vinhas, lugares e pelames. Estas descrições detalhadas permitem elaborar uma análise exaustiva da propriedade da confraria, bem como uma estimativa do seu valor patrimonial. São variadíssimos os dados que se podem retirar deste fundo, como os nomes de quem empraça os imóveis da propriedade e a sua respetiva renda, suas confrontações com casas e ruas do burgo vimaranense, respetivas dimensões, entre outros.

Apresentamos, de seguida, ainda que de forma sucinta, a estrutura da dissertação de mestrado, ressaltando que a mesma constitui um esboço passível de alterações. Numa primeira etapa, abordaremos brevemente a temática dos mesteres dos couros nas principais cidades nacionais e europeias. Seguir-se-á uma breve caracterização da cidade de Guimarães na Idade Média. Apresentado o tema, fontes e os contextos, passaremos na dissertação para uma análise mais fina e cuidada dos mesteres vimaranenses relacionados com o setor dos couros, seguindo três linhas de orientação. Primeiro, identificando os mesteres presentes na cidade de Guimarães, a sua distribuição topográfica, a tipologia da propriedade, bem como a sua presença em atos oficiais e públicos. De seguida, dedicaremos um capítulo ao exercício do ofício e locais de trabalho, como a organização do trabalho, técnicas, transformação de matéria-prima e seu produto final, assim como a sua distribuição no espaço, identificando a localização dos pelames e açougues. Por último, apresentaremos um capítulo dedicado à temática da confraria dos sapateiros e à sua vertente assistencial, percebendo quem eram os membros da confraria e os seus cargos, propriedades e bens, relações familiares e profissionais, bem como o estudo da confraria como espaço de solidariedade social.

A INDÚSTRIA DOS COUROS EM GUIMARÃES

Os trabalhos de curtição desenvolviam-se nos pelames, situados em Guimarães no local dos Couros, sendo este denominado quer de Rio de Couros, quer de Rua de Couros.⁵ A zona de Couros, topónimo que ainda hoje se conserva, encontrava-se nos arrabaldes da cidade, localizados na margem do rio que mais tarde se passaria a designar Rio de Couros, devido à grande necessidade de água para os trabalhos da curtição, bem como à poluição que provocava, de que são exemplo os cheiros intensos característicos desta atividade.⁶

Sendo os pelames de vital importância para a indústria dos couros no que respeita ao tratamento das peles, seria importante perceber quem eram os seus proprietários, quais os grupos de mesteres que os empraçavam e quem mandava curtir as peles. Através dos dados recolhidos na nossa investigação, sabemos que a Colegiada de Guimarães e a própria Confraria dos Sapateiros detinham, de entre os seus imóveis, vários pelames que empraçavam a outros em troca de uma renda. O seu empraçamento poderia ser feito a um enfiteuta individual, ou empraçados a um determinado conjunto de mesteiros, nomeadamente sapateiros, o que levanta por si só diversas questões, como por exemplo: como geriam estes a utilização dos pelames; se a renda era dividida igualmente por todos; e se o empraçamento dos pelames era exclusivo de mesteres ligados ao setor dos couros, ou não.

O mester dos sapateiros destacava-se pelo seu grande número no burgo vimaranense, quando comparado com os restantes ofícios ligados ao setor dos couros. Por outro lado, as fontes revelam menos informações sobre os mesteres que eram diretamente responsáveis pelos trabalhos de curtição das peles, como os surradores, peliteiros e curtidores. Não encontramos ainda resposta para esta diferença, mas poderemos apontar como plausível a possibilidade de serem os sapateiros a controlar diretamente

⁴ Alberto Sá, "Sinais da Guimarães Urbana em 1498" (tese de mestrado, Universidade do Minho, 2001), 12.

⁵ Conceição Falcão, *Guimarães. Duas Vilas Um só Povo. Estudo de História Urbana (1250-1389)* (Braga: CITCEM, 2010), 294-295.

⁶ Falcão, *Guimarães*, 296; Jean Pierre Leguay, *La Pollution Au Moyen Âge* (Paris, 1999), 23-27.

o processo de curtição das peles, explicando-se assim a ausência dos outros mesteres na documentação da época. Tal possibilidade foi já explorada por A. L. de Carvalho, ainda que para uma data um pouco posterior à do presente estudo.⁷

Ângela Beirante refere que no caso de Évora a “preparação da coirama também corria por conta do sapateiro, desde a compra das peles aos carniceiros; à aquisição de materiais de curtimenta; ao trabalho do pelame e aluguer da alcaçaria”.⁸ Um outro exemplo que demonstra bem esta realidade aplica-se ao caso do Porto, referindo Arnaldo Melo que “ficamos com a sensação que a maior parte da curtição na cidade era controlada pelos sapateiros”.⁹ Mas esta realidade aplicar-se-á ao burgo vimaranense?

A pele do animal, como já referimos anteriormente, passava por uma série de processos que lhe conferia no mercado um valor económico. O processo de curtição requeria o uso de matérias de curtimenta, sendo estas na sua grande maioria de origem vegetal, como o lentisco, a murta, o sumagre e a casca. Encontrámos, para Guimarães, referência a duas destas espécies vegetais utilizadas para o processo de curtição das peles: a casca e o sumagre.¹⁰ A casca era uma composição de três tipos de cascas de diferentes árvores: o pinheiro, o carvalho e o sobreiro. O sumagre, um arbusto da família das *Anacardiáceas*, era também fortemente utilizado para a curtição das peles, por possuir grandes doses de taninos, tendo igualmente aplicações na tinturaria têxtil.¹¹ Ricardo Córdoba refere que cada uma destas matérias era utilizada consoante o tipo de pele que se pretendia obter, sendo as peles curtidas de forma distinta. A casca era largamente utilizada para a composição de couros fortes e duros, utilizados para fabricar as solas dos sapatos, sendo que o sumagre produzia um tipo de couro mais suave e flexível.¹² Quanto aos preços das referidas matérias, o regimento de salários e preços de 1522 de Guimarães¹³, revela que “hua arroba de bõ çumagre”, não deveria custar mais de sessenta reais, e que “um carro de casca” não deveria valer mais do que cento e quarenta reais. A mesma fonte fornece-nos dados específicos relevantes para o conhecimento do mester dos curtidores e surradores e ainda sobre preços de diferentes couros. No que diz respeito ao mester dos curtidores estipula os valores da curtição, tendo em conta o animal (boi, cabra ou carneiros). Quanto ao mester dos surradores, é especificado não só o valor cobrado por surrar cada tipo de pele, como também o tipo de produto final a que a mesma se destina, como botas, sapatos, entre outros, referindo-se ainda que existiam peles tintas em preto, roxo, cor de amora, amarelo e dourado.¹⁴

Quanto ao mester dos sapateiros, o *Regimento de salários e preços de 1522*¹⁵, fornece dados importantes, como o tipo de calçado produzido, a matéria-prima utilizada e os preços. A título de exemplo, refere que “nam valeram mais hus çapatos de bõ cordovão de noue pomtos pera çima de çimquomta rs”.¹⁶

A CONFRARIA DOS SAPATEIROS DE GUIMARÃES

Ainda que não possamos apresentar uma data específica para a sua fundação, são vá-

⁷ A.L. de Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães III*. (Barcelos: Instituto Nacional do Trabalho, 1942), 51. O autor refere que na sua perspectiva existia vários indicadores que mostram ser os sapateiros os responsáveis por mandar curtir os couros, uma vez que na sua grande maioria eram estes os proprietários dos pelames.

⁸ Maria Ângela Beirante, *Évora Na Idade Média* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995), 417.

⁹ Arnaldo Melo, “Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320- c. 1415”, vol. II (Tese de doutoramento, Universidade do Minho, 2009), 135.

¹⁰ Carvalho, *Os Mesteres*, 39.

¹¹ Córdoba de la Llave, *La industria*, 166.

¹² *Ibid.*, 166.

¹³ A publicação das taxas para a vila de Guimarães, pelo abade de Tagilde, publicadas pela Sociedade Martins Sarmiento, transcreve a data como sendo 1522. No entanto, convém ressaltar que um artigo publicado por Isabel Maria Fernandes e António José de Oliveira, “Ofícios e Mesteres Vimaranenses nos Séculos XV e XVI”, aponta uma outra data, 1552.

¹⁴ Carvalho, *Os Mesteres*, 39.

¹⁵ Guimarães. Sociedade Martins Sarmiento, “Regimento de salários e preços de 1522 (para Guimarães)”, http://www.csarmiento.uminho.pt/neph1_311.asp (consultado Março 23, 2012).

¹⁶ *Ibid.*, 57.

rios os documentos que revelam a existência da confraria dos sapateiros desde o século XIII. Sabemos que no ano de 1243 esta já se encontrava formada e bem enraizada entre os homens vimaranenses, sendo a sua albergaria presenteada com doações por parte da comunidade.¹⁷ No entanto, os pergaminhos respeitantes à instituição da confraria que chegaram até aos nossos dias datam entre 1270 e 1494, e são constituídos por doações, emprazamentos e um testamento.

O nome adotado para designar a confraria em documentos oficiais foi sofrendo mutações com o passar dos séculos. No decorrer do século XIV aparece designada quer por “confraria de santa maria dos sapateiros”, quer por “confraria de sancta maria em que andam os sapateiros por confrades”. A partir de finais do século XIV passa a ser denominada como “confraria de santta maria da companhia dos sapateiros”, designação que nos parece muito sugestiva, mas cujo cabal significado exige ainda acrescida investigação.

Um pouco por toda a Europa aparecem associações de São Crispim e São Crispiniano como santos patronos das confrarias dos sapateiros. Vários são os estudos que apontam estes santos como os patronos da confraria vimaranense aqui em análise,¹⁸ não existindo, porém, até à data, nenhum documento que o comprove para o período sobre o qual nos debruçamos. A associação destes patronos por parte de alguns historiadores resulta de uma análise de documentos referentes aos séculos XVI e XVII que indicam São Crispim como padroeiro dos sapateiros, retroprojetando essa realidade para o século XIV e XV. Arnaldo Melo refere para o caso do Porto que “entre os historiadores que têm estudado estas questões, a maioria parte do pressuposto que desde o início a confraria foi de invocação dos dois santos”.¹⁹ No entanto, os documentos referentes à confraria dos sapateiros do Porto apenas referenciam a associação dos santos patronos à confraria a partir de finais do século XVI, mas somente passa a ser designada de São Crispim e São Crispiniano no século XVIII. Até ao século XVI manteve unicamente a designação de Confraria dos Sapateiros.²⁰

As confrarias medievais, quer se tratassem de confrarias de mester ou de outro género, necessitavam de uma organização interna, o que implicava a distribuição de funções e cargos. São vários os cargos que podemos identificar no seio da organização da confraria dos sapateiros vimaranenses, como o juiz (identificando um ou dois juizes, consoante o documento), o mordomo, o procurador da confraria, e o *campeiro*²¹ demonstrando claramente a organização da instituição.

Sendo apelidada de confraria dos sapateiros, seriam os seus confrades exclusivos desse mester? Segundo os documentos analisados tal não corresponde à realidade, pois para além de sapateiros, há referências a serralheiros, correeiros, seleiros, tanoeiros e mercadores, entre os membros da confraria. Apesar de a mesma albergar diversos setores de produção, parece-nos que existe uma forte proporção de mesteres que trabalha diretamente com a matéria-prima do couro.

No que respeita aos cargos de gestão da confraria, as fontes comprovam que os mesmos não eram apenas distribuídos pelos oficiais dos sapateiros. A título de exemplo, no ano de 1465 encontramos um tanoeiro a exercer o cargo de mordomo, cabendo em 1477 o cargo de juiz a um mercador.

O HOSPITAL DA CONFRARIA DOS SAPATEIROS

As confrarias medievais substituíam muitas vezes a família natural, sendo que os seus membros uniam-se e ajudavam-se mutuamente em vida e na morte. Maria Helena Cruz Coelho, atestando essa mesma realidade, afirmou que é “inegável que os rituais fúne-

¹⁷ Falcão, *Guimarães...*, 665.

¹⁸ Como exemplo veja-se, Carvalho, *Os Mesteres...*; Falcão, *Guimarães...*

¹⁹ Arnaldo Sousa Melo e Maria João Silva, *Palmeiros e Sapateiros A confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto* (Porto: Fio da Palavra Editores, 2008), 16.

²⁰ *Ibid.*, 17.

²¹ A função do campeiro era fazer soar a campana, servindo como alerta para que os confrades se dirigissem à confraria para aí se encontrarem em reunião.

bres e o sufrágio da alma” dominem as confrarias.²²

Para um melhor auxílio na doença, muitas confrarias geriam hospitais e pequenos albergues, onde, para além dos confrades, se albergavam também “todos os pobres, peregrinos e enfermos que à sua porta batessem”.²³ Reforçando essa ideia, os pedintes estavam contemplados no usufruto das instalações hospitalares, podendo aí permanecer por duas noites, onde teriam acesso a uma cama e a comida.

A confraria dos sapateiros de Guimarães tinha, já no século XV, entre os seus imóveis, um albergue-hospital²⁴ situado no coração do burgo, precisamente na Rua Sapateira, que constituía local de reunião dos confrades, chamados a cabido “per soom de campaam tangida”. Para Donata Degrassi, “a base das confrarias de mester assenta na constituição de interesses económicos e profissionais, no entanto, mais tarde, também estas instituições tiveram um papel fundamental de suporte solidário para com os seus membros”.²⁵ Note-se que este poderia ser também um processo inverso. O hospital de confraria revela este espírito de solidariedade próprio do homem medieval.

Em 1498, o hospital contava já com 14 camaras, cada uma delas com a sua própria cama, que servia para acolher os membros da confraria e todos aqueles que careciam de ajuda por se encontrarem doentes, ou num mau momento da sua vida. Conhecemos o caso de Vasco Afonso, alfaiate que se encontrava enfermo e acamado na casa do hospital da confraria de Santa Maria da Companhia dos Sapateiros, fazendo doação dos seus bens à confraria, como forma de reconhecimento à mesma. As oferendas a uma confraria eram encaradas como um investimento, tanto na terra como no céu. Não era necessário ser confrade para ter acesso aos laços de solidariedade de determinada confraria. No caso de doações, o benfeitor teria “direito” à presença dos irmãos no seu cortejo fúnebre, assim como a orações ad aeternum por parte da confraria. Denote-se, que em Guimarães, de entre 90 testamentos do século XIII, 62% contemplavam confrarias, em troca dos seus serviços.²⁶

Terminado o percurso de vida no plano terrestre, a confraria assumia uma grande importância na passagem para um outro plano, o espiritual.

Para as datas do nosso estudo, não são conhecidos estatutos da confraria dos sapateiros que nos possibilitem falar sobre estes aspetos. No entanto, sabemos que a confraria possuía um pequeno cemitério na crasta românica de Santa Maria da Oliveira, em chão sagrado.²⁷ Chegado o fim da vida terrena, este espaço servia de recolhimento quer para os seus confrades, quer para todos os indivíduos que na reta final da vida estreitaram os seus laços com esta instituição.

Em 1504, uma doação testamentária demonstra que o cemitério privado da confraria teria sido aumentado em mais três covas, sendo o seu donatário João Anes sapateiro, que se encontrava recolhido no hospital da confraria dos sapateiros.²⁸

Todos estes dados reforçam a importância do hospital da confraria no auxílio em vida e na morte, não só para os seus confrades, como também para todos aqueles que precisassem de ajuda em caso de doença ou de morte.

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, pretendemos demonstrar que o estudo do setor dos couros para a cidade de Guimarães é indispensável para que se possa conhecer melhor esta realidade

²² Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”, in *Confrarias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval (Actas de la XIX Semana de Estudios Medievales de Estella, 1992)* (Pamplona, 1993), 161.

²³ *Ibid.*, 171.

²⁴ Através da documentação, podemos comprovar que no século XV a albergaria/hospital dos sapateiros se localizava na Rua Sapateira. No entanto, temos conhecimento que a albergaria dos sapateiros existe desde o século XIII, ainda que não tenhamos informação sobre a sua localização para este século.

²⁵ Degrassi, *L'Economia*, 144.

²⁶ Coelho, *As confrarias*, 183.

²⁷ Carvalho, *Os Mesteres...*, 135.

²⁸ *Ibid.*, 135.

de, tanto ao nível local e regional, como ao nível nacional.

Através desta exposição, tentámos demonstrar a importância dos trabalhos de curtição para a indústria dos couros no burgo vimaranense, espelhada na imensa diversidade de mesteres relacionados com as atividades de curtição e de trabalho do couro, tornando-o numa matéria-prima com utilidade prática no quotidiano das gentes medievais. A existência de uma espécie de legislação, aqui traduzida pelas taxas para a vila de Guimarães, mostra a necessidade de regulamentar uma das maiores indústrias aí existentes. A leitura desta fonte, como já aqui foi referido, permite-nos obter um maior conhecimento da realidade do trabalho destes homens, bem como o tipo de peles, produtos finais e preços, ainda que seja um pouco mais tardia (século XVI) relativamente à cronologia do nosso estudo.

O local onde os trabalhos de curtição se desenvolviam, os pelames, levanta ainda diversas questões referidas ao longo desta exposição, que serão fruto de uma análise mais pormenorizada na dissertação de mestrado. O mester dos sapateiros, que mereceu especial reflexão neste trabalho, demonstra bem a ligação entre o mester propriamente dito e os trabalhos de curtição. À semelhança de outras cidades do reino aqui destacadas como Évora e Porto, pensamos que também os sapateiros vimaranenses controlavam os processos de curtição, emprazando em seu nome os pelames pertencentes quer à confraria dos sapateiros quer à colegiada de Guimarães.

Por outro lado, procuraremos desenvolver a nossa investigação sobre a confraria dos sapateiros em análise, possibilitando uma maior compreensão da sua organização interna, de modo a conhecer de perto os homens e os mesteres que, nos séculos XIV e XV, faziam parte desta instituição. A confraria de mester, para além de possuir um carácter de entreajuda profissional, era muitas vezes sinónima de auxílio em alturas de crises, quer estas fossem de origem laboral, quer fossem fruto da frágil condição humana, traduzida na doença e na morte.

Tecemos aqui breves considerações sobre o hospital da confraria, referindo o número de quartos e de camas que serviam para auxiliar confrades e pessoas que se encontrassem doentes. Por outro lado, temos conhecimento de que desde o início do século XIII eram feitas doações à confraria dos sapateiros, o que possibilitou um forte crescimento do seu património.

Terminamos com a ideia de que o texto aqui apresentado pretende dar a conhecer a investigação em curso, reforçando o pensamento de que muito ficou por questionar e dizer ao longo destas breves páginas, deixando em aberto um horizonte de trabalho que apenas será finalizado no texto da dissertação do mestrado.